



Terramaia #4

Publicação semestral do Município da Maia
Edifício dos Paços do Concelho
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
Maia

Propriedade
Município da Maia
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição
Pelouro de Planeamento Territorial,
Mobilidade e Transportes e Pelouro da
Cultura

Diretor
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial
Sofia Barreiros

Produção
SCOPIO EDITIONS
O

Consultor Editorial
Pedro Leão Neto

Design
Né Santelmo

Impressão
Norprint

setembro 2021

ISSN 2184-6448
ISBN ...
Dep. Legal - ...
Tiragem
60.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou
transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio ou
armazenada em qualquer sistema de armazenamento ou
recuperação de informações sem a permissão por escrito do
editor. Todas as fotografias apresentadas neste livro são ©
dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras
ortográficas adotadas por cada autor.



Autores - Fotografia
Alfredo Cunha
pp. 6, 10, 14, 16, 18, 20, 22, 32, 35
“Ponto parágrafo”
p. 21

José Carlos Portugal
p 37
...
p 2

Autor - Ilustração
Artur Leão
Ilhas do Futuro I

Autores - Textos
Fátima Vieira
Flávio Miranda
Francisco Ferreira
José Carlos Portugal
Maria da Conceição Melo
Ponto Parágrafo
Teresa Calix
Teresa Sá Marques

Capa
composição gráfica de Né Santelmo
sobre fotografia original de
©Alfredo Cunha
Contracapa
Copyright © Alfredo Cunha

Nota de Abertura
Participação e partilha colaborativa
António Domingos da Silva Tiago
1

Editorial
O difícil tão perto de ser fácil
ou um dos últimos apeadeiros antes do
fim da linha
José Carlos Portugal
3

Ordenamento do Território
Maia: pensar um futuro incerto e
uma agenda transformadora
Teresa Sá Marques
7

Um novo paradigma de transição
para o século XXI
Teresa Calix
11

Mobilidade
Um novo paradigma de mobilidade
rumo à descarbonização
Francisco Ferreira
15

Participação Pública
Uma Nova Cultura Territorial
Maria da Conceição Melo
19

Para além do desenho:
Da cidade enquanto exercício
colectivo
Ponto Parágrafo
23

Cultura
Retrato programático para
Urbes Pós-Pandémicas
Fátima Vieira
27

História
Despertar o caos: as pandemias
e as suas transformações na
sociedade ao longo dos tempos
Flávio Miranda
33

O maior perigo na fadiga é pararmos
ou fazer bem, por mais singelo que seja
o que fizermos, feito fica
José Carlos Portugal
36

Participação e partilha colaborativa

A Humanidade enfrenta, nestes nossos dias, desafios de uma exigência ímpar, quer pela sua imensa complexidade, como pela magnitude da sua dimensão.

Se é verdade que há problemas que clamam por soluções globais que, necessariamente, só se poderão construir no quadro de uma cooperação internacional positiva, não é menos verdade que sem soluções locais eficazes, muitos dos problemas globais ficarão por resolver.

A grande lição que a pandemia da COVID-19 dá ao Mundo é, precisamente, a certeza de que todos somos responsáveis por todos, posto que as ameaças globais, sobretudo as silenciosas e invisíveis, não têm fronteiras, não reconhecem a cor da pele, nem regimes políticos ou quaisquer outras caraterísticas humanas ou sociais, confrontando-nos com uma incontornável e ilimitada interdependência global.

Na resposta que teve de ser rapidamente montada para tentar travar a progressão geométrica do contágio ao vírus SARS-Cov-2, revelou-se de uma inequívoca razoabilidade a consciência de que esse combate, para lá das abordagens a cargo das organizações supranacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), do Centro Europeu de Controlo das Doenças (ECDC) e da Organização das Nações Unidas (ONU), tinha por força das circunstâncias que ter uma resposta adequada a nível local, em perfeita articulação com as autoridades de saúde locais, regionais e nacionais.

A crise pandémica, cujas trágicas consequências se fizeram sentir a grande velocidade, tem demonstrado a necessidade de integrar nas soluções locais e globais para os problemas transfronteiriços, o pensamento crítico e os contributos de especialistas oriundos de diversas áreas científicas, num diálogo transversal que convoca para a mesma mesa atores políticos e sociais, com vista à obtenção de consensos estáveis que diminuam até ao limite a probabilidade de errar e potenciem o maior sucesso possível.

Enquanto democrata por opção e institucionalista por convicção, entendo que a situação atual do Mundo torna evidente, diante da realidade que estamos a viver, que a missão confiada aos políticos é hoje de uma exigência acrescida que não se compadece com decisões de pendor individualista e autocrático. E é uma exigência acrescida face aos enormes riscos com os quais têm de arrostar quotidianamente. Desde logo, o risco que representa o facto das suas decisões, assertivas ou erróneas, poderem ter impacto na vida e na saúde das pessoas.

A participação cívica democrática nos processos de decisão política, com regra e com recurso a processos eficientes é, sem dúvida, uma garantia de que as decisões sobre o futuro coletivo das comunidades serão, à partida, não apenas melhor compreendidas e assimiladas, mas sobretudo passíveis de uma adesão social mais coesa, beneficiando do facto dos cidadãos identificarem os pontos em que participaram e se reverem na sua inclusão nas decisões políticas.

Se queremos, como efetivamente queremos, construir um futuro de confiança para a Maia e com os maiatos a participar nesse processo, temos de apostar sem reservas nas virtudes da partilha colaborativa, conceito em que cabe a cooperação institucional, mas em que, de sobremaneira, cabe também a participação ativa dos cidadãos.

O caminho para a governação dos territórios e das comunidades que neles interagem passa, inevitavelmente, pela participação cívica democrática e pela partilha colaborativa, alicerçadas na divisa de que todos contam e são importantes, mas igualmente de que todos somos responsáveis por todos e pelo bem-comum, correspondendo ao direito de participar, o dever de cuidar.

Partilho com os leitores da Terra Maia uma inspiradora citação de “O Príncipezinho” de Antoine de Saint-Exupéry: - “...esqueceram essa verdade, mas tu não a deves esquecer. Tu tornas-te eternamente responsável por aquilo que cativas.”

O Presidente da Câmara Municipal da Maia
António Domingos da Silva Tiago



Um novo paradigma de transição para o século XXI

O período moderno da história da cidade e da sociedade radicaliza-se ao longo do século XX associado a uma ideia de progresso em que "ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação [...] mas, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos"¹. A hipermodernidade, de Ascher², emerge assim de "uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela despeja-nos a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia"³, como reconhece Berman. Esta ideia de progresso estimulado pela revolução tecnológica determina múltiplos fenómenos de transformação - como a globalização, a informacionalização e a difusão urbana⁴- que se inscrevem materialmente numa nova dimensão planetária da urbanização, e que caracterizam, de forma mais visível e com maior dificuldade de delimitação, as realidades urbanas, revelam o abuso sobre os recursos, intensificam os desastres ambientais e as alterações climáticas.

Precisamos do distanciamento histórico que nos permite catalogar épocas e organizar períodos da história da humanidade. No entanto, a ideia que o século XX ainda não acabou, ou que se encontra agora no termo da sua existência e que a passagem definitiva para o século XXI pode estar associada à pandemia que nos assola, apresenta-se de forma absolutamente pertinente. Schwarcz reconhece que "foi apenas no século XX que a tecnologia ganhou escala mundial e acelerou o nosso tempo. Graças a ela acreditávamos estar a livrar-nos das amarras geográficas, corpóreas, temporais. Não estávamos! Ao deixar mais evidente o nosso lado humano e vulnerável, a pandemia da covid-19 marca o final do século XX."⁵

Com efeito, a velocidade da transformação associada à afirmação e persistência da utopia tecnológica determinou e concretizou definitivamente, levando ao extremo, a ideia do capitalismo e do poder do homem no centro do desenvolvimento e no domínio sobre a natureza. Perante as evidências, é fundamental avançar para o século XXI reconhecendo os desafios que exigem uma mudança de paradigma e uma nova condição urbana.

O Relatório Brundtland reconheceu a importância do Nosso Futuro Comum em 1987, apontando para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo existentes naquela época. Quase 35 anos se passaram e a Europa intensifica agora os esforços de resposta ao Pacto Ecológico, desafiando-nos, entre outros, para desenhar soluções sustentáveis, inclusivas e belas através da "New European Bauhaus".

A ciência, a tecnologia e as artes têm de ser percebidas como aliados fundamentais, pois o conhecimento que determina as alterações de comportamento é vital para estimular a ação e efetuar mudanças.

Os territórios da urbanização são um tema prioritário: é aqui que a confluência de problemas e a necessidade de soluções integradas são absolutamente prementes, os desafios são particularmente complexos e, portanto, o potencial de mudança também é mais significativo.

No entanto, o ordenamento do território nem sempre ultrapassa o obstáculo de uma imagem bipolarizada entre duas entidades: os espaços construídos e os espaços não construídos. Esta imagem bipolarizada pressupõe, ainda, uma hierarquia: o espaço construído, por excelência da arquitectura e do urbanismo, representa uma dimensão



¹ BERMAN, Marshall, Tudo o que é sólido se dissolve no ar. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 15 (título original: All that is Solid Melts into Air, 1982).

² ASCHER, François, La société hypermoderne ou Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2005 (título original: Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs, 2000).

³ BERMAN, Marshall, Tudo o que é sólido se dissolve no ar. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 15 (título original: All that is Solid Melts into Air, 1982).

⁴ BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel, Local y global, La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997, p. 12.

⁵ Schwarcz, Lília Moritz, Quando acaba o século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p.11.

indiscutivelmente entendida como a mais importante, integrando uma multiplicidade de temas e de preocupações, que vão desde as qualidades espaciais, os materiais, o conforto, às condições da sua funcionalidade, mas também à sua estética, para listar apenas alguns. Entende-se que pressupõem um uso, uma carga e um conteúdo humano que permite compreender o funcionamento, determinando a imagem do edificado, mas também as dinâmicas do urbano, por articularem os sistemas que, pertencentes ao hardware tecnológico, permitem o fluxo de informação, de pessoas, de energia e de bens. Já o espaço do não construído, evidenciando o domínio do homem sobre o meio ambiente, como já referimos, tem ocupado um lugar secundário, reconhecendo-se a sua importância enquanto solo produtivo, enquanto espaço lúdico com valor estético, enquanto amenidade 'verde' no 'cinzento' urbano.

Inverter a perspectiva é fundamental. Só reconhecendo a importância dos valores biofísicos articulados com os valores humanos e procurando integrar esta complexidade num processo qualificador de desenho participado e interdisciplinar podemos responder aos desafios e criar uma nova empatia. Uma empatia que reconhece a qualidade urbana a partir da valorização de um continuum constituído por diferentes sistemas e subsistemas, naturais e artificiais, que se interpenetram e se influenciam.

Fazer melhor significa, então, implementar as melhores práticas que resultam de uma abordagem holística ao ambiente urbano. O progresso não é crescimento e não decorre das sucessivas impermeabilizações do solo disponível ou da expansão sistemática da carga exercida no nosso território comum, mas de um modelo de desenvolvimento que procura a melhoria da vida das populações através da garantia de equilíbrios muitas vezes difíceis, mas fundamentais para satisfazer as necessidades das gerações existentes sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras.

Considerar os ciclos biológicos significa combater uma linearidade de pensamento que se preocupa simplificarmente com a área a edificar, a inserção morfológica, a escolha da forma e dos materiais que materializam um determinado objecto arquitectónico que concretiza um programa pré-definido. O edifício não se pode restringir à eloquência formal da instalação final, mas tem de considerar a globalidade dos efeitos que produz no ecossistema urbano em que se integra e na vida longa da sua utilização. O produto final, quando, e se, analisado na sua globalidade, é sempre significativamente maior do que a soma das matérias primas e dos conteúdos que lhe dão origem. A propriedade a edificar não pode ser entendida apenas como o limite que determina as regras da implantação e da edificabilidade, não é apenas uma figura geométrica definida pelos seus limites, pela sua topografia e pelo coeficiente de ocupação previsto nos planos. Na verdade, acumula múltiplos sistemas e garante diversas funções essenciais que agregam factores bióticos e abióticos. A reconstrução, a renovação, o re-uso, a reutilização do edificado existente tem de ser uma prioridade a impor sobre a nova construção.

As descontinuidades dos ecossistemas e os efeitos na perda de estabilidade e na redução da biodiversidade, a cada vez mais difícil gestão da água, a quantidade de resíduos produzidos e o seu tratamento, são alguns dos temas, geralmente 'invisíveis', decorrentes da crescente impermeabilização. A consciência parcial e depreciadora da sua existência remete apenas para os momentos de infortúnio: só nos lembramos, por exemplo, do valor da água e da importância da sua gestão quando falta na torneira ou quando temos inundações.

Seguindo os mesmos pressupostos, as estruturas e as infraestruturas não podem ser programadas considerando uma carga acrescida e um consumo crescente. Rodovias mais largas e em maior número representam mais trânsito, admitem maior pendularidade em distâncias cada vez mais significativas e, sobretudo, não promovem o uso dos transportes colectivos.

O automóvel eléctrico, por exemplo, trouxe consigo uma sensação de tranquilidade, ao retirar o ónus negativo do veículo individual por redução da emissão de gases nocivos na atmosfera. Não resolve o espaço que ocupa nem a reduzida eficiência associada à sua utilização, no entanto, é evidente a redução da poluição local quando se atingem percentagens consideráveis no número de automóveis eléctricos a circular. Despreza-se

nesta simplificação os desastres ecológicos decorrentes da extração de reservas finitas e não renováveis de metais raros necessários para o seu funcionamento.

A implementação de soluções depende da tomada de consciência e de uma compreensão generalizada, multiescalar e sistémica dos problemas e das soluções. É evidente que as soluções locais exigem uma consciência global.

Se os territórios da urbanização são um tema prioritário, a habitação é um tema obrigatório.

O direito a uma habitação condigna é uma condição essencial para a redução das desigualdades sociais. A intervenção no parque habitacional mais precário, na maioria das vezes próximo dos locais de trabalho, garantindo as condições de habitabilidade e incrementando as capacidades de acesso, reduz os recursos consumidos em percursos longos e qualifica o espaço urbano enquanto responde às necessidades de uma população mais vulnerável.

A habitação contemporânea, revisitando a arquitetura moderna e procurando soluções de desenho como uma estratégia-chave para garantir edifícios resilientes e adequados, deve integrar como dimensões críticas a adaptabilidade, a acessibilidade e as mudanças climáticas. A transformação pressupõe aumentar a vida do edificado e garantir a equidade de acesso, integrando novas soluções arquitetónicas que associam as estratégias sustentáveis com o envelhecimento ativo.

A articulação entre as medidas de intervenção no património edificado e a implementação de estratégias de mitigação dos impactos, ao mesmo tempo que se considera o conforto doméstico e a eficiência energética nos edifícios que queremos preservar, pressupõem um equilíbrio difícil em que o desenho inovador e a legislação são fundamentais.

Assim, também no domínio da habitação, a complexidade implica promover uma mudança que integre como princípio ético uma visão não linear mais inclusiva, que considere os ciclos biológicos e a circularidade dos recursos e ao mesmo tempo que seja preservadora dos valores e esteticamente estimulante.

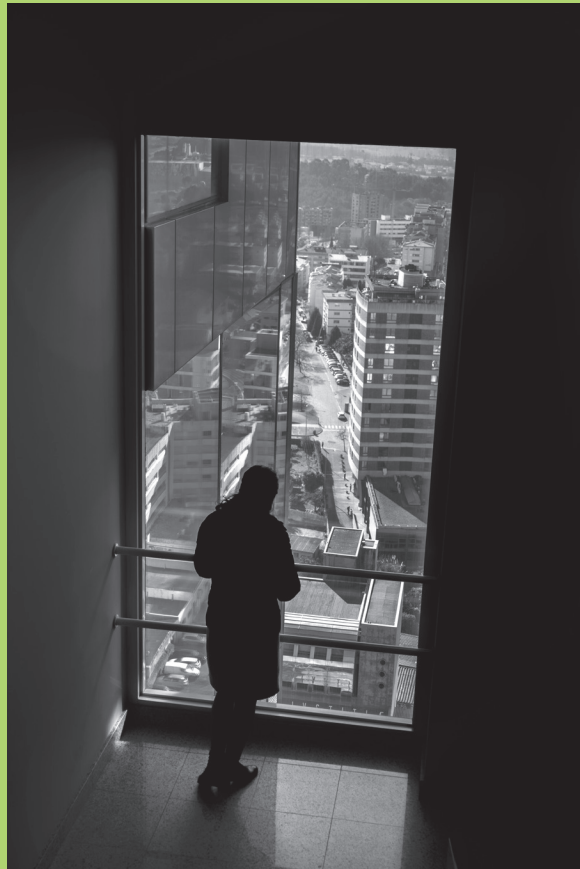
Em suma, não há soluções rígidas nem perfeitas, mas reconhece-se a dimensão sistémica, inclusiva e iterativa que evidencia a pertinência de:

- _considerar a circularidade, a interatividade dos processos – reconhecer que o produto de um ciclo pode converter-se na matéria prima de outro processo;
- _aceitar a diversidade de fenómenos que nem sempre dominamos, pondo em causa os conceitos rígidos e ultrapassando algumas convenções standard do que é certo e do que é errado;
- _aceitar uma mudança em que a criatividade e a partilha, o trabalho em equipas multidisciplinares, são determinantes para alterar as regras do jogo e ampliar as soluções disponíveis e a sua qualidade, sobretudo através do modo como podemos desenhar inteligivelmente para reduzir, reparar, reutilizar, reciclar e, especialmente, para inventar novas abordagens inclusivas que admitem múltiplos circuitos abertos que interagem e se retroalimentam.

O ordenamento dos nossos territórios da urbanização deve reconhecer os processos impulsionadores da transição, como a atribuição de valor às boas práticas através da rentabilização económica dos ganhos ambientais e, sobretudo, o *co-design* enquanto método para implementar soluções qualificadoras com base na natureza que preservem e intensifiquem o capital natural dos espaços urbanos, garantindo o equilíbrio biofísico e, ao mesmo tempo, reforçando os valores sociais e culturais a partir de novos consensos societais.

Teresa Calix

Doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Investigadora coordenadora do grupo Morfologias e Dinâmicas do Território do Centro de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (MDT-CEAU-FAUP).



"Assim, a cidade é sempre ambivalente. Dada na sua utopia como o lugar do domínio social em que um espaço formalizado vem responder ponto por ponto a um projecto social, ela é simultaneamente esse labirinto...um lugar de mistério, de não-transparência, e um lugar não dominável globalmente por quem quer que seja, um lugar de permissividade onde tudo é possível..."

Remy, J; Voyé L, "A Cidade: rumo a uma nova definição?".
Ed. Afrontamento, 1994,p.49.